



Ata da 1ª Sessão Extraordinária da Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro Data: 30 de maio de 2018 Presidente – Professor Roberto Medronho

Às oito horas e quinze minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezoito, se reuniu no Auditório Hélio Fraga, no Centro de Ciências da Saúde, a Congregação da Faculdade de Medicina, com a presença dos seguintes professores a seguir: Luis Felipe da Silva – Emérito, Luis Carlos Duarte Miranda – Substituto Eventual do Chefe do Departamento de Cirurgia, Manoel Domingos da C. Gonçalves – Representante dos Associados, José Roberto Lapa e Silva – Titular, Sérgio Augusto Lopes – Chefe do departamento de Radiologia, Jose sergio Franco – Chefe do Departamento de Ortopedia, Silvana Frota – Chefe do Departamento de Fonoaudiologia, Clynton Lourenço Correa – Chefe do departamento de Fisioterapia, Sheila Knupp Feitosa / Titular, Flávia Lucia Conceição – Chefe do Departamento de Clínica Médica, Maria Tavares Cavalcanti/Titular, Claudia Cardoso/Titular, Terezinha Marta P. Castineiras – Substituta Eventual do Chefe do Departamento de Medicina Preventiva, Izabel Calland – Chefe do departamento de Pediatria, Carolina Alonso – Chefe do Departamento de Terapia Ocupacional, Gil Salles – Vice Diretor da Faculdade de Medicina, Roberto Medronho – Diretor da Faculdade de Medicina e a Secretaria Rosemeri da Silva. O professor Medronho cumprimenta a todas e todos no expediente e começa falando sobre a violência no campus do Fundão e a plenária dos decanos e diretores, durante a qual ele percebeu alguns discursos contrários à presença de polícia no campus, outros afirmando que o campus da Praia Vermelha e as unidades do Centro da Cidade também estão abandonados e que sequestro relâmpago existe em todos os lugares do Rio de Janeiro. Ele diz que esperava uma comoção e uma solidariedade maiores de todos os colegas, mesmo daqueles que não atuam no campus do Fundão. Menciona que existe um whatsapp, que será divulgado para todo corpo social de alunos e professores, e que poderá ser usado para segurança e para denunciar qualquer irregularidade dentro do campus do Fundão. Uma outra sugestão, que é fácil de ser implementada, é a de identificar quais locais e quais tipos de crimes estão ocorrendo no campus da Ilha do Fundão, e usar a intranet para isso, usando mapas e tabelas para visualizar crimes mais

44 frequentes, locais onde mais acontecem esses crimes, etc. O professor
45 percebeu que algumas medidas mais contundentes por parte da administração
46 central não são efetivadas porque há muitos colegas criticando a militarização
47 do campus e afirmando a vulnerabilidade de outros campus e unidades da
48 UFRJ, e não apenas do Fundão. Coloca que o reitor anunciou publicamente
49 que haverá um Congresso Universitário, que segundo ele não terá o poder de
50 estatuinte, mas que apenas apresentará sugestões à Universidade; por outro
51 lado, havendo propostas de consenso, estas poderão ser incorporadas à vida
52 universitária. Em sua opinião pessoal, o professor Medronho considera que
53 um congresso universitário agora pode trazer mais problemas do que soluções,
54 pois há uma desmobilização muito grande em relação à comunidade e isto
55 pode fazer com que a participação desta seja muito pequena. Ele se preocupa
56 com a própria composição do Congresso Universitário que, segundo seu juízo,
57 deveria respeitar o que determina a lei, com 70% de participação docente e
58 30% de técnicos e estudantes. Os estudantes e também alguns técnicos estão
59 fazendo grande pressão para que o Congresso seja paritário, o que pode levá-
60 lo a ser um Congresso de militantes, possibilitando tomadas de decisões que
61 não reflitam o pensamento da comunidade universitária. O Congresso, isto é,
62 este momento de parar para refletir a Universidade é uma iniciativa
63 importante, sem dúvida, mas é preciso tomar o devido cuidado. É muito
64 democrático que haja participação massiva dos alunos, mas eles não podem ter
65 peso decisivo nas deliberações da Faculdade e da Universidade. O professor
66 Medronho não considera a paridade algo democrático, uma vez que são os
67 professores quem acabam permanecendo ali a maior parte de seu tempo e de
68 sua vida. Outro ponto é sobre os processos de licitação e compras, dos quais
69 precisamos nos apropriar um pouco melhor. A PR6 vai fazer uma visita nas
70 unidades e centros para explicar sobre esses novos processos que estão
71 passando. Agora todos os nossos processos serão eletrônicos, feitos via
72 intranet – é o SEI, Sistema Eletrônico de Informações, que precisamos
73 implementar. Por outro lado, nós estamos com os processos do TCU e CGU,
74 em relação à frequência. Tem havido toda uma discussão sobre isso, a Câmara
75 de Hospitais voltou a funcionar e está se discutindo lá uma forma de resolver.
76 Também tem a questão da assinatura daquela declaração de carga horária, cujo
77 prazo já se extinguiu. Ainda restam algumas dúvidas a respeito, há
78 interpretações do processo de lei e ainda não se tem uma resposta muito clara.
79 O professor coloca que todos os nossos concursos que foram efetuados
80 ocorreram sem nenhum incidente. Teve um recurso que foi aposto, feito logo
81 após o anúncio da banca. Segundo o edital, esse recurso só pode ser feito após
82 a publicação do da portaria, que será feita hoje, com a homologação destes
83 concursos, então o recurso foi delegado, a priori. Assim, o concurso será
84 homologado na presente congregação e ao publicar a portaria – já foi pedido
85 que comunicassem à candidata a decisão – ela poderá entrar com o recurso.
86 Com isso, segundo o edital, o concurso fica aguardando as deliberações finais.
87 Portanto o recurso, a congregação precisará se reunir para deliberar sobre ele,
88 e a candidata seguirá ou não com o recurso nas instâncias superiores da UFRJ.

89 Reforçando a fala anterior do professor Medronho, o professor Luis Felipe da
90 Silva fala que os estudantes são temporários na Universidade, por isso é muito
91 importante debater a questão da paridade. Ele exemplifica que há alguns anos
92 atrás foi colocada polícia no campus graças à decisão autônoma dos
93 professores. O professor Medronho informa que será feita uma licitação para
94 porteiros, a qual precisamos estar atentos. Quem fica nas portarias hoje são
95 vigilantes e a vigilância é muito mais cara do que um agente de portaria.
96 Então, para fazer frente à contenção de despesas e redução de custos, será feita
97 a licitação para porteiros. Outra notícia complicada, segundo o professor
98 Medronho, é que neste orçamento da universidade, que já era inferior ao do
99 ano passado, houve um corte de mais 20%. Com isso, o orçamento que,
100 segundo os cálculos, seria suficiente para o funcionamento até o mês de
101 outubro, agora, segundo o Pró-Reitor de Finanças, permitirá o funcionamento
102 até setembro. Ainda há verba suplementar daquele dilúvio pós-carnaval, que
103 teve impacto no HU, em vários lugares aqui do Fundão e em outros campus.
104 Então tem esse aporte financeiro que o MEC ainda não repassou e uma
105 redução já anunciada de 20% do orçamento que já estava reduzido em relação
106 aos anos anteriores. É provável que os problemas do segundo semestre sejam
107 um pouco maiores por causa disso. O professor Medronho fala que a
108 deliberação da Câmara dos Hospitais foi que será retomado o ponto em papel,
109 que na verdade nunca deveria ter sido abolido, para a pessoa assinar a entrada
110 e a saída todos os dias. Foi deliberado não aceitar o ponto eletrônico, em
111 função da autonomia universitária, e fazer um plano de trabalho de todos os
112 professores e técnicos das unidades que fique disponível na internet, o que foi
113 uma exigência do TCU. O professor, entretanto, acha pouco provável que a
114 implantação do ponto eletrônico seja evitável; por outro lado, o Hospital dos
115 Servidores do Estado já implantou o ponto eletrônico há muito tempo atrás e
116 este nunca serviu para descontar o ponto de ninguém. A questão é complexa
117 pois o ponto eletrônico tem um limite de horário que difere dos diversos
118 horários dos plantonistas, cirurgiões, etc. Apesar disso, o ponto eletrônico
119 trouxe à chefia uma maior gestão do processo de trabalho dos colegas, pois o
120 chefe pode abonar a falta, desde que justificada, e tudo é controlado pelo
121 sistema. O professor menciona o caso de um engenheiro de rede que, após a
122 implementação do ponto no gabinete, faltou o trabalho por um mês e, sem
123 aparentar nenhum problema, trouxe um atestado retroativo de licença,
124 sancionado pelo diretor da Medicina do Trabalho da própria instituição. O
125 professor Medronho questionou a CPST formalmente, por escrito, e o diretor
126 da Saúde do Trabalhador, que é um colega médico, respondeu laconicamente,
127 dando razão ao servidor e o atestado retroativo foi aceito. Este servidor, antes
128 de sumir, havia dito que poderia trabalhar de casa e que não havia necessidade
129 do ponto, e depois declarou que estava tirando férias extras porque havia
130 trabalhado em janeiro – mas sem combinar essas decisões com nenhum chefe.
131 O professor diz que é muito difícil gerir os recursos humanos quando existe
132 uma flexibilização do processo de trabalho. Uma das questões relacionadas à
133 implementação de ponto para os professores, por exemplo, é justamente a

134 questão do trabalho que eles fazem em casa, fora do horário formal do
135 expediente, e também nas bancas. Então, o ponto vai trazer novos problemas,
136 mas também, do jeito que está não é possível permanecer. É bom isso estar
137 sendo pensado pela Câmara dos Hospitais, pois nós vamos poder dar a nossa
138 própria solução e mostrar para os órgãos de controle a solução que mais se
139 adequa ao nosso processo de trabalho. A pró-reitoria de extensão decidiu
140 revisar a parte que lhe cabia na resolução 08/2014 do CONSUNI, que o
141 próprio CONSUNI havia decidido, na época, que precisava ser revista em dois
142 anos – o que ainda não havia sido feito. A proposta que surgiu na plenária,
143 inicialmente, era de que todos os projetos de extensão fossem integrados à
144 extensão que estivesse registrada no Edital Rua, para que pudessem ser
145 computados para fins de progressão. Houve uma grande comoção contra esta
146 proposta, inclusive o CT se posicionou formalmente por escrito. Antes, a
147 própria PR5 estava com uma proposta de que só seria atividade de extensão
148 aquilo que ela própria considerasse como sendo atividade de extensão, o que é
149 um absurdo, pois a Congregação tem autonomia para definir isso. Ontem,
150 felizmente, houve uma resolução da reitoria de que vai valer, para fins de
151 progressão, toda e qualquer atividade de extensão que a Congregação das
152 Unidades deliberarem como atividades de extensão. Por outro lado, o registro
153 das atividades de extensão é, também, fundamental, para dar transparência aos
154 órgãos públicos, como a CGU, sobre aquilo que fazemos. Ter as atividades
155 registradas é muito importante, mas também é preciso ter um sistema
156 amigável de registro, que aceite todas as atividades que a Congregação
157 considerar. A pró-reitora de extensão disse na plenária que estão investindo no
158 pessoal da TI para melhorar e aprimorar o sistema de registro no Edital Rua. O
159 professor Gil reforça a importância de debater a extensão e lembra que, pelos
160 critérios da Faculdade de Medicina, contrariando a PR5, as atividades
161 assistenciais foram colocadas – e pontuam – como extensão. Ele diz que é
162 preciso escrever os projetos de extensão relacionados às atividades
163 assistenciais. Uma das nossas reclamações, que também são reclamações do
164 CT e do CCMN, é de que os projetos eram escritos, aprovados nas
165 congregações e recusados pela PR5, não sendo, então, registrados. Agora, a
166 reitoria garantiu que a decisão da Congregação será suficiente para registro
167 das atividades, mas estas precisam ser registradas. O procedimento, então, é
168 que os projetos de assistência sejam escritos, enviados à Congregação para, se
169 por ela aprovados, serem registradas no sistema como extensão. O professor
170 Medronho enfatiza que, na verdade, a PR5 não foi contrariada, pois não havia
171 nenhuma resolução dizendo se assistência era ou não era extensão. O que
172 existe é um entendimento, uma interpretação, por parte da PR5, de que a
173 assistência médica não é extensão, mas a Faculdade de Medicina marcou sua
174 posição e decidiu, autonomamente, considerar a assistência como extensão.
175 Extensão é justamente isso, uma interação direta com a comunidade,
176 devolvendo para esta, de forma imediata, o que se produz na Universidade. O
177 professor Medronho lembra que não é considerado extensão um projeto feito
178 para os técnicos administrativos, pois considera-se extensão o que é feito

179 extra-muros; isso mostra o quanto é incoerente a assistência médica, que
180 atende diretamente a comunidade externa, não ser considerada extensão. Há
181 um recurso agora no Conselho Universitário, relativo à mudança de currículo
182 do curso de Fisioterapia, que estendeu sua carga horária de 4 para 5 anos,
183 seguindo as diretrizes do MEC. O Departamento e a Congregação aprovaram
184 um regime de transição curricular, aprovada também pela CEG, e alguns
185 alunos que não cumpriam os critérios para permanecerem no currículo de
186 quatro anos entraram com um recurso e a mesma CEG, contrariando sua
187 própria decisão anterior – por pressão política –deu ganho de causa a esses
188 alunos. A Faculdade de Medicina fez um recurso ao CONSUNI no qual, entre
189 outras questões, está colocado que, com esta posição, corre o risco do
190 CREFITO não aceitar o registro desses alunos, pois não se cumpriu o que
191 determina a lei e as normas internas da Universidade Federal do Rio de
192 Janeiro. A professora Terezinha fala que a decisão da reitoria sobre a extensão
193 foi um grande passo, uma abertura do entendimento do conceito de extensão
194 com mais amplitude, o que afeta diretamente a área da saúde. Ela coloca que,
195 há alguns anos atrás, houve uma solicitação para que os departamentos da
196 Faculdade de Medicina constituíssem os seus coordenadores de extensão, da
197 mesma forma que há os coordenadores didáticos, que se reúnem
198 periodicamente, mas isso nunca chegou a acontecer. Houve, no início, uma
199 chamada, durante a gestão da professora Ângela. A professora Terezinha
200 chegou a assumir essa coordenação na época, tendo procurado seguidamente
201 os diretores adjuntos de extensão, mas nunca foram convocados os
202 coordenadores de extensão da Faculdade de Medicina. Ela considera essa
203 solicitação, pois existem especificidades acerca da extensão mesmo dentro da
204 Faculdade de Medicina, em seus diferentes departamentos. Houve casos,
205 inclusive, de alguns projetos serem barrados e sequer chegarem à
206 Congregação. Ela acha que isso foi consequência de uma falta de
207 entendimento mais fino, de uma integração entre os departamentos, e que a
208 solução seria ter na extensão a mesma ótica da coordenação didática, de apoio
209 e de descentralização para que fosse possível refinar isso e dar subsídio para a
210 Congregação. O professor Medronho agradece à lembrança da professora
211 Terezinha e diz que foi na gestão dele a criação deste conselho. Ele diz que é
212 preciso retomar as reuniões regulares entre os coordenadores didáticos dos
213 departamentos e criar os coordenadores de extensão, pois isto será
214 fundamental para trazer subsídios que justifiquem as nossas ações como
215 extensão. O professor Medronho lembra que o gabinete da direção está sem
216 secretária, pois Cristina está de licença saúde e Sara está de licença para
217 completar sua formação em Direito – e ela está, inclusive, ajudando muito em
218 demandas judiciais que têm aparecido com frequência na Faculdade, como por
219 exemplo, do Setor de Procuradoria. Com isso, na próxima semana haverá
220 algumas dificuldades no gabinete, pois tanto o professor Medronho quanto o
221 professor Gil estarão em banca fora do Rio de Janeiro. O professor Medronho
222 fala que Rose, Denise e Jonas estão apoiando e pede apoio também, durante
223 este período, aos diretores de graduação e pós-graduação. Hoje todos os

224 processos serão feitos e os já homologados estão aguardando a chegada dos
225 documentos, pois o procedimento é o seguinte: homologar, fazer a portaria e
226 encaminhar a portaria para publicação. Então, os candidatos entregam os
227 documentos, que serão encaminhados à CPPD para iniciar o processo de
228 contratação. A portaria não precisa estar dentro do processo. A orientação do
229 Agnaldo é de que basta que a DGDI diga que a “portaria será publicada no
230 boletim tal” e já se pode enviar para a CPPD para tentar contratar essas
231 pessoas antes do término da lei, que se dá três meses antes da eleição. Se
232 houver atraso de entrega de documentação ou para fazer o exame médico, o
233 professor Medronho solicita aos chefes de departamento que por favor ajudem
234 a entrar em contato com o candidato para que ele acelere a sua documentação
235 porque, se não, só depois do processo eleitoral. Fala para que os chefes de
236 departamento se comuniquem com a Vânia e que ela também com eles para
237 tentar acelerar o processo. Isso diz respeito apenas aos contratos efetivos, e
238 não aos professores colaboradores. O expediente é encerrado e, estando todas
239 e todos de acordo com a pauta, a Congregação segue sua reunião. PAUTA – 1
240 – homologação dos resultados do concurso para a carreira de magistério
241 superior, edital 860 – Começando pelo Departamento de Fisioterapia – setor
242 de Fisioterapia Cardiorrespiratória. Candidatos classificados – primeiro lugar:
243 Alessandra Choqueta de Toledo Arruda; segundo lugar: Cyntia dos Santos
244 Samary; terceiro lugar: Daniela Ike. Aprovada no concurso: Alessandra
245 Choqueta de Toledo Arruda. Homologado pela Congregação. Em seguida,
246 Departamento de Fonoaudiologia – setor de Voz. Houve três candidatos
247 aprovados: Cristiane Magacho Coelho, Jorge Carlos Lopes da Conceição e
248 Rodrigo Dornelas do Carmo. A comissão julgadora indicou para ocupar o
249 cargo o candidato Rodrigo Dornelas do Carmo. Homologado pela
250 Congregação. Concurso de Clínica Médica: eram cinco candidatos para três
251 vagas. Para as três vagas foram classificados três candidatos e os três foram
252 aprovados no concurso. São eles: João Régis Ivar Carneiro, Maria Emília
253 Consenza Andraus e Rita de Cássia Leite Fernandes. Dois candidatos não
254 foram classificados. Homologado pela Congregação. Medicina de Família e
255 Comunidade, havia uma vaga e um candidato, Alfredo de Oliveira Neto, que
256 foi classificado e aprovado para a vaga. Homologado pela Congregação.
257 Departamento de Medicina Preventiva, Doenças Infecciosas. Havia dois
258 inscritos para uma vaga, apenas um candidato compareceu e foi aprovado.
259 Candidato aprovado: Rafael Mello Gallies. Homologado pela Congregação.
260 Departamento de Medicina Preventiva, Epidemiologia. Foram quatro
261 candidatos, todos classificados e a aprovada para a vaga foi a candidata
262 Juliana Lustosa Torres. Homologado pela Congregação. Departamento de
263 Ortopedia. Setor de Ortopedia e Traumatologia. Foram dois candidatos, ambos
264 foram classificados e foi aprovado o candidato Marcio Shiefer de Sá Carvalho.
265 Homologado pela Congregação. Departamento de Psiquiatria e Medicina
266 Legal/ Saúde Mental e Psicologia Médica. Dois candidatos inscritos, apenas
267 um deles compareceu para fazer a prova, sendo classificado e aprovado.
268 Candidato aprovado: Bruno Netto dos Reys. Homologado pela Congregação.

269 Assim sendo, todos os concursos foram homologados. Quanto aos concursos
270 para os quais não houve candidatos, a republicação das vagas já foi solicitada,
271 mas ao que tudo indica essas vagas não serão preenchidas este ano. O
272 professor Manoel Domingos pergunta se já foi homologado o concurso
273 recente para professor. O professor Medronho diz que essa homologação
274 ocorreu na Congregação anterior. Todos os concursos que foram realizados
275 dentro do prazo já foram homologados. O professor Medronho agradece a
276 presença de todas e todos e, não havendo mais nada a tratar, a Congregação é
277 encerrada.

278

279 Homologada na Congregação de 13/06/2018.

280

281

282